

## **A COMPARAÇÃO E ANÁLISE DE ACESSO PARA DEFICIENTES FÍSICOS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE TERESINA PIAUÍ.**

FERREIRA, Igo Rodrigues<sup>1</sup>

**RESUMO:** Considera-se como origem da ergonomia a percepção clara ou imediata do homem pré-histórico quando utilizou lascas de pedras como instrumentos do dia-a-dia. Com a evolução industrial, a partir do século XVIII, houve uma maior preocupação com esse problema, trabalho x homem. A ergonomia surgiu como uma ciência inovadora, agrupada às várias ciências e especialidades da engenharia, da arquitetura, sociologia, psicologia, medicina, e de outras. Tudo isso para humanizar o trabalho, determinar regras, normas e precauções. O alvo da ergonomia é dotar o homem de atenção e cuidados. Para se aliar os conhecimentos da anatomia, da fisiologia, psicologia, a ergonomia difere de outras ciências por apresentar duas características inerentes: a interdisciplinaridade devido à sua relação com diversas outras áreas do conhecimento e a aplicabilidade devido à constante busca da adaptação, para tanto, a inclusão é o processo de inserção de pessoas com deficiência no âmbito social, no entanto políticas públicas garantem essa implantação baseada em leis que lutam pela igualdade e pelo direito à educação para todos. A LDB/96 assegura esse direito às pessoas com necessidades especiais, exigindo adequações de currículos, métodos, técnicas e físicas. Precisamos então conhecer essas pessoas que vivem a nossa volta, Entre estas, temos os cadeirantes (deficiente físico), os quais nos levaram a realizar esta pesquisa que tem como objeto de estudo a acessibilidade de alunos com deficiência física nas universidades públicas de Teresina. A inclusão de alunos com deficiência física no campo da educação envolve um processo de reforma e reestruturação das universidades como um todo. O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite que foi lançado pelo governo com o objetivo de promover a cidadania, a autonomia e o fortalecimento da participação da pessoa com deficiência na sociedade, eliminando barreiras e permitindo o acesso aos bens e serviços disponíveis a toda a população. Assim partimos do problema: estão às universidades públicas de Teresina adaptadas para a inclusão de deficientes físicos (cadeirantes)? Portanto parece algo muito simples a acessibilidade, no entanto questionamos se as universidades públicas dispõem de acesso adequado para estas pessoas. Para confirmarmos esta acessibilidade temos como objetivo analisar as estruturas físicas das universidades públicas quanto à inclusão de pessoas com deficiência física (cadeirantes). Neste intuito realizamos pesquisa qualitativa, entendida por Minayo (2001), como uma pesquisa que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis por meio de observações dos aspectos físicos das universidades e entrevistas semi-estruturadas estudo exploratório de natureza descritiva, com pesquisa de campo de abordagem observacional. O lócus de pesquisa deste estudo compreenderá as universidades: Estadual. Tivemos como aporte teórico Mantoan (2005); Werneck (1997); Trivinos (1995); Blanco (2000), entre outros. Os resultados obtidos na coleta

---

<sup>1</sup> Fisioterapeuta, Especialista em Programas Saúde da Família e Traumatologia - Ortopedia Manipulativa. APAE- Teresina. E-mail: igofisio@live.com.br



**II CINTEDI**  
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE  
**EDUCAÇÃO INCLUSIVA**  
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

**16 a 18**  
**NOVEMBRO**  
**2016**  
LOCAL DO EVENTO  
CENTRO DE CONVENÇÕES  
**RAYMUNDO ASFORA**  
GARDEN HOTEL  
CAMPINA GRANDE-PB

de dados nos levaram a considerar que estas universidades ainda não estão totalmente adaptadas para a inclusão e o simples acesso a estes cadeirantes nas quais as Leis garantem.

Palavras-Chave: Deficiente Físico, Ergonomia, Acessibilidade.



## INTRODUÇÃO

A ergonomia é o estudo que possibilita uma inter-relação entre o homem e seu ambiente, seja ele de trabalho ou educacional. Ela utiliza todos os conhecimentos de anatomia, fisiologia e psicologia no intuito de ajustar as características destes ambientes ao homem, minimizando ou até mesmo extinguindo futuras complicações físicas em sua saúde.

Embora todas as pessoas possuam semelhanças e diferenças, o homem é um ser especial. Portanto cada pessoa tem características próprias, comportamento individualizado e peculiar. Estas parecem constituir regra geral na sociedade, pois enquanto diferenças essas nem sempre são alvos de interesse. Podem ser tão acentuadas que geram consequências prejudiciais, a exemplo do verificado com os deficientes físicos. Como são notório, elas refletem sobre o dia-a-dia dos deficientes e causam principalmente impasses ou dificuldades para a sua locomoção e comunicação principalmente quando se trata dos cadeirantes. Por razões culturais, frequentemente a estética e a condição socioeconômica das pessoas são mais relevantes do que a ética, ou mesmo conhecimento, e são mais representativas e valorizadas pela sociedade do que o reconhecimento do ser humano como pessoa.

Como deficiência entende-se por toda perda ou anormalidade de uma estrutura, função psicológica, fisiológica ou anatômica capaz de ocasionar incapacidade para o desempenho das atividades do ser humano. A deficiência física e particularmente compreendida como alterações completas ou parciais de um ou mais segmentos do corpo, causadoras de comprometimento das funções físicas, e a apresentadas em forma de paraplegia, paraparesia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral membros com deformidade congênita ou adquirida. Excetuam-se, porém, as más-formações estéticas e as que não geram dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2005).

Parece algo muito simples a acessibilidade, no entanto questionamos se as universidades públicas dispõem de acesso adequado para estas pessoas. Para confirmarmos temos como objetivo verificar as condições de acesso dos cadeirantes nas universidades públicas de Teresina, quanto á acessibilidade. Para esta análise inicialmente tivemos como objetivos específicos: Investigar as dimensões das passagens



(portas, corredores, rampas) de acesso, utilizando fita métrica; Analisar as condições de locomoção no interior do estabelecimento.

As pessoas com deficiência física, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE institui na tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas. Por tanto cabe aos órgãos de entidades do Poder Público assegurar à pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, a previdência social, ao transporte, a edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo a infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem o seu bem-estar pessoal, social e econômico.

É importante, dessa forma, verificar o comprometimento dos espaços a fim de observar as condições e o acesso adequado para essas pessoas portadoras de deficiência física (cadeirantes) e com isso se deve realizar devido observações para despertar o Poder Público a deficiência de lugares adaptados aos deficientes físicos usuários de cadeiras de rodas. Trata-se de um estudo exploratório de natureza descritiva, com pesquisa de campo de abordagem observacional. Foram incluídas nesse estudo as universidades Públicas de Teresina - PI. Nesta análise serão verificados através de um questionário baseado nas normas da ABNT, que constará dos seguintes itens: a parte externa das Universidades (fachada e estacionamentos) e a parte interna (portas, corredores, elevadores, pisos, banheiros).

Na parte externa como a fachada deve-se observar na entrada uma rampa em linha reta, com declividade máxima de 6%, com largura mínima de 1,50m e no máximo 6 m de comprimento; no estacionamento deve apresentar uma placa sinalizando que o acesso é apenas para o deficiente físico.

Na parte interna a largura do vão livre das portas > 90 cm; os corredores com no mínimo 1,30 m de largura, sendo preferível 2.00 m; as cabines de elevadores terão largura mínima de 1,20m e largura de 2,20m; o banheiro deve ter uma área separada para pessoas com cadeira de rodas; observar pisos anti-derrapantes. Serão verificadas as seguintes universidades públicas de Teresina, a Universidade Federal do Piauí - UFPI e a Universidade Estadual do Piauí - UESPI.



## REFERENCIAL TEÓRICO

A ergonomia é o estudo do relacionamento entre o homem e seu trabalho, equipamento, ambiente e particularmente, a aplicação dos conhecimentos de anatomia, fisiologia e psicologia na solução dos problemas que surgem desse relacionamento, portanto, se inicia com o estudo das características do trabalhador para, depois, projetar o trabalho que ele conseguir executar, preservando a sua saúde. Assim, a ergonomia parte do conhecimento do homem para fazer o projeto do trabalho, ajustando as suas necessidades e limitações. O setor de um serviço é o que mais se expande com a modernização da sociedade. A operação de um hospital moderno é tão complexa quanto à de uma empresa industrial, há diversos tipos de sofisticados equipamentos que não podem parar suprimento de vários materiais, envolvimento de diversos tipos de profissionais em turnos de trabalhos contínuos, programação de tratamento e acompanhamento individual de cada paciente, e assim por diante. (LIDA, 2005).

Embora todas as pessoas possuam semelhanças e diferenças, o homem é um ser especial. Portanto cada pessoa tem características próprias, comportamento individualizado e peculiar. Estas parecem constituir regra geral na sociedade, pois enquanto diferenças essas nem sempre são alvos de interesse. Podem ser tão acentuadas que geram consequências prejudiciais, a exemplo do verificado com os deficientes físicos. Como são notório, elas refletem sobre o dia-a-dia dos deficientes e causam principalmente impasses ou dificuldades para a sua locomoção e comunicação principalmente quando se trata dos cadeirantes. Por razões culturais, frequentemente a estética e a condição socioeconômica das pessoas são mais relevantes do que a ética, ou mesmo conhecimento, e são mais representativas e valorizadas pela sociedade do que o reconhecimento do ser humano como pessoa.

Como deficiência entende-se por toda perda ou anormalidade de uma estrutura, função psicológica, fisiológica ou anatômica capaz de ocasionar incapacidade para o desempenho das atividades do ser humano. A deficiência física e particularmente compreendida como alterações completas ou parciais de um ou mais segmentos do corpo, causadoras de comprometimento das funções físicas, e a apresentadas em forma de paraplegia, paraparesia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral membros com



deformidade congênita ou adquirida. Excetuam-se, porém, as más-formações estéticas e as que não geram dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2005).

Atualmente, os portadores de deficiência são amparados por lei federal, a qual estabelece normas e direitos. Tal legislação possibilita-lhes o direito de serem incluídos socialmente. Para isto, devem superar as barreiras estruturais e sociais. Portanto de acordo com o exposto acima, despertamos o interesse de realizar esta pesquisa na qual temos como objeto de estudo a acessibilidade de cadeirantes nas universidades públicas de Teresina Piauí.

Ter uma limitação não significa diminuir os direitos e deveres da pessoa, pois ela é cidadã e faz parte da sociedade como as demais. Em face da sua limitação, o portador de deficiência física (cadeirante) pode se deparar com barreiras arquitetônicas, entre elas a ausência do rebaixamento do meio fio; as obras no espaço público; as mesas e cadeiras de bar em calçadas; as escadarias; a falta de corrimão nas escadas; a ausência de rampas; as ruas e calçadas estreitas; a falta de placas de advertência, de sinalização de pisos, a altura inadequada da maçaneta, interfones e telefones; a falta de estacionamento privativo e sinalizado; a ausência de banheiros públicos e de transportes coletivos apropriados para deficientes físicos (cadeirantes).

Na vida cotidiana e na trajetória profissional convive-se com pessoas portadoras de deficiência física. Entretanto, esta convivência não provoca a imediata reflexão sobre as dificuldades que encontram em seu dia-a-dia, talvez porque dependem de esforços para superar as limitações e assim minimizam as diferenças possíveis de transparecer para a comunidade na qual vivem e para a sociedade de modo geral. Como assegura a lei, os portadores de deficiência física têm direito a tratamento adequado, de respeito, para facilitar seu acesso e mobilização em qualquer lugar onde precisem ir; ao trabalho, às escolas, às instituições em geral e também aos hospitais, portanto partimos dos problemas estão às universidades públicas de Teresina adaptada para a inclusão de deficientes físicos (cadeirantes)? Essa problemática é mais uma a ensejar que o ensino superior busque não apenas a integração, mas a inclusão de todos.

Um olhar cuidadoso voltado para essas pessoas permite perceber a complexidade e as dificuldades por elas enfrentadas, particularmente em situação de doença, pois nem sempre os hospitais são planejados para facilitar o acesso de quem apresenta dificuldades de mobilidade física ou usuários de cadeira de rodas. Parece algo



muito simples a acessibilidade, no entanto questionamos se as universidades públicas dispõem de acesso adequado para estas pessoas. Para confirmarmos temos como objetivo investigar as condições de acesso dos cadeirantes nas universidades públicas de Teresina, quanto á acessibilidade de pessoas com necessidades especiais físicas (cadeirantes). Para esta análise inicialmente tivemos como objetivos específicos: Verificar se essas universidades estão ergonomicamente adaptadas e caracterizar os diversos aspectos que dificultam a acessibilidade de pessoas com deficiências físicas, usuários de cadeiras de rodas nestas instituições.

O estudo de FRANÇA ET AL. (2004) identifica a existência de barreiras éticas da relação interpessoal entre deficiente e cuidador. A dificuldade da inclusão social das pessoas com deficiências também foi estudada por FRANÇA E PAGLIUCA (2002). Em outras áreas também identificamos estudos sobre a temática (LIBERMAN ET AL, 2006; PESSINI ET AL, 2006), embora na área da saúde estes ainda sejam poucos os que indicam a necessidade de investigações que tragam avanços nessa área. Tem-se como suporte a lei nº. 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências (LEI FEDERAIS, 2000). Antes estas evidências surgiram um interesse sobre a problemática das barreiras arquitetônicas no percurso do deficiente físico aos hospitais, pois conforme percebido, o estudo pode contribuir para eliminar as barreiras arquitetônicas que dificultam á acessibilidade e mobilidade dos usuários aos serviços disponíveis no âmbito hospital. Estas contribuições podem ser extensivas, também, á assistência ao ensino e extensão, seja no campo da fisioterapia, como em outras áreas da ciência da saúde e humanas, e, até mesmo, no campo da engenharia, da arquitetura e paisagismo. No âmbito da assistência, o estudo poderá enfatizar a utilização de uma nova abordagem na busca da promoção da saúde e qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência.

Na área de ensino, esclarecer e conscientizar acerca de fatores ambientais e comportamentais que impõem obstáculos ás pessoas portadoras de deficiência. Além disso, não existem no Brasil estudos que se ocupem dessa temática, sendo urgente á preocupação dos profissionais da saúde por questões dessa natureza que interferem na qualidade de vida de pessoas portadoras de deficiências físicas. A legislação garante ás



peçoas portadora de deficiência física (cadeirantes) o acesso às universidades públicas de Teresina. Para tal exige-se o desenvolvimento de programas de reestruturação física, na qual se aplicam desde os estacionamentos, construção de rampas com corrimões, piso antiderrapante, portas adequadas e banheiros adaptados a receber esses alunos. Aos cadeirantes fica garantido o acesso não apenas nas universidades, mas em toda a rede de ensino, isso tanto na rede pública como na privada. De acordo com a lei, se constitui crime punível, com reclusão de um a quatro anos e multa, recusar, retardar ou dificultar de alguma forma seu acesso nas universidades.

A acessibilidade que é deve, portanto, estar presente em todos os lugares. Só assim, o custo social das transformações pode ser pequeno. Quando a acessibilidade é restrita ou mal formulada, o dinheiro é jogado fora. Afinal, o espaço construído que se obtém não predispõe as pessoas a serem felizes e a buscar mais acessibilidade como um todo. Como pode ver, a acessibilidade é fruto de decisões e de um posicionamento intelectual baseado na compreensão global de problemas que nos atinge a todos, e para os quais estamos despreparados. Estamos despreparados emocionalmente para lidar com a deficiência para lidar com as mudanças para lidar com os desafios dos desconhecidos, e, por causa disso somos levados a nos distanciar deste fato.

No Brasil, o organismo legalmente constituído para cuidar das normas técnicas é a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT afiliada à ISO e atuante desde 1940. A ABNT está dividida em comitês nacionais, entre eles o Comitê Brasileiro de Acessibilidade – CB 40 que começou a atuar no ano de 2000.

A primeira Norma Técnica Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, 1foi criada em 1985 refere-se à acessibilidade intitulada: “Adequação das Edificações, Equipamentos e Mobiliário Urbano à pessoa portadora de deficiência” – NBR 9050, voltada para edificações, mobiliário e equipamentos urbanos. São estas:

**NBR 9050/94** – Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos - Procedimentos.

**NBR 9283/86** – Mobiliário Urbano.

**NBR 9284/86** – Equipamento Urbano

**NBR 10098/87** – **PB670** – Elevadores elétricos – Dimensões e condições do projeto de construções.



**NBR 10982/90 – PB 1448** - Elevadores elétricos – Dispositivos de operação e sinalização.

**NBR 12892/93** – Projeto, fabricação e instalação de elevador unifamiliar.

**NBR 13994/00** – Elevadores de passageiros – elevadores para transportes de pessoa portadora de deficiência.

**NBR 9077/01** – Saída de emergência em edifícios.

**ISSO/DIS 9386-1** – Plataforma elevatória com acionamento mecânico para pessoas com mobilidade prejudicada - normas de segurança, dimensões e funcionamento.

**NBR 14020** – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência.

**NBR 14021** – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência em trem metropolitano.

**NBR 14022** – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência em ônibus e trole-bus para atendimento urbano e internacional.

**NBR 14273** – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência no transporte Aéreo Comercial.

**NBR 14970 – 1** – Acessibilidade em veículos automotores -diretrizes para avaliação clínica de condutor.

**NBR 14970 – 3** – Acessibilidade em veículos automotores - diretrizes para avaliação da dirigibilidade do condutor com mobilidade reduzida em veículo automotor apropriado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade é algo muito simples, compreende a possibilidade e condição de alcance e percepção e entendimento para que possa utilizar com segurança e autonomia as edificações, os diversos espaços para um trânsito livre, sem transtornos. As universidades agora correm contra o tempo. “A dificuldade maior sempre passa pela questão da acessibilidade física”. A questão das barreiras arquitetônicas ainda é bastante grande em praticamente todos os espaços, em qualquer tipo de instituição.

A acessibilidade física é na verdade, vai mais além. Não basta que todos os prédios de determinada universidade possuam elevadores se o aluno não tiver meios de chegar até a faculdade. O deficiente físico na verdade, não tem uma dificuldade grande para acesso em nível educacional, ele tem mais problemas com barreiras arquitetônicas. As barreiras de atitudes envolvem concepções e formas de encarar as diferenças por isso nem sempre são fáceis de serem rompidas. Não é apenas a acessibilidade física que deve ser levada em conta. Os alunos e professores também devem aprender a se



“adaptarem” a esses colegas com limitações físicas, os professores também precisam conhecer sobre as necessidades desses alunos.

Diante a realização deste trabalho, mediante observação destas universidades públicas de Teresina Piauí estadual e federal percebemos que ainda tem muito a ser feito, grandes barreiras ainda existem. Na Estadual observamos que recentemente foram construídas diversas rampas para os cadeirantes com corrimões de apoio na entrada da universidade como outros ambientes, foram visitados banheiros desta Instituição onde detectamos que nem todos estão adaptados, ou seja, nela existem somente dois banheiros adaptados para seu uso (feminino e masculino) na qual percebemos que estas pessoas só utilizarão estes banheiros somente se deslocarem até os mesmos dificultando assim seu percurso. Percebemos na federal que grandes mudanças estão ocorrendo pouco lentas, mas já vista por todos no local, no entanto durante toda esta pesquisa percebemos que as mudanças estão surgindo cada vez mais, estamos cada vez mais presenciando inúmeras ações realizadas nestas instituições ainda muito lentas, mas realizadas, proporcionando assim direitos para estas pessoas com algum tipo de deficiência a exercer sua cidadania.

As universidades públicas agora estão preocupadas em atender e se adequar a estas pessoas com limitações físicas, pois segundo a lei as escolas e universidade têm que se preparar corretamente para disponibilizar de adequações necessárias para a locomoção destes cadeirantes, pois segundo a mesma a instituição tem que se adequar corretamente e não o deficiente. Valem lembrar que a Lei é bem clara as adequações tem que ser por completa e não por etapas. Portanto, o direito de todos deve ser respeitado, ou seja, todos são iguais independentes de ter uma deficiência ou não. Temos o direito de ir e vir, cobrar das autoridades respeito a quem merece, para que num futuro próximo estejamos satisfeitos com nossa constituição e com nosso país.

## REFERÊNCIAS

Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a edificações, Espaço Mobiliário e Equipamento Urbano - NBR 9050. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária, *Normas de funcionamento dos serviços de saúde para pessoa portadora de deficiência – PPD*. Portaria nº 303, de 03 de julho de 1992.

Disponível em: <<http://elegis.anvisa.gov.br/leisre.php?Id=14126&word=deficiente%20fisicos>>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. Adequações das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.

BRASIL. Decreto Federal Nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004. Dispõe sobre Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência Acessibilidade – Brasília: Secretária Especial dos Direitos Humanos, 2005 160 p. 21 cm.

BRASIL. Leis da acessibilidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 12 de Dezembro, 2007.

FRANÇA, I.S.X. DE; PAGLIUCA, L.M.F. Ditos e não ditos sobre a integração social das pessoas com deficiência. Ver. RENE, Fortaleza, v.3,n.1,p.61-62,2002.

LIBERMAN, F.; TEDESCO, S.; SAMEA, M. Habilitando a reabilitação. As ações da Terapia educacional em sua integralidade. Mundo da saúde, v.30, n.1, p. 146-150, 2006

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças.

**Escola.** São Paulo, SP, ano XX, n. 182, p. 24-26, maio, 2005.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEUFERT, Peter. *Arte de projetar em arquitetura*. 17ª Edição, Editora: Gustavo Gali, SA. Barcelona, 2005.

O`SULLIVAN, Susan; SCHMITZ, Thomas J. *Fisioterapia avaliação e tratamento*. 2 ed. São Paulo: Manole, 1993.

PAGLIUCA, L.M.F.et al. *ACESSIBILIDADE* da pessoa portadora de deficiência física e/ou sensorial aos serviços de saúde: estudo das condições físicas e de comunicação Relatorial de Pesquisa da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.

PESSINI, L.; FERRARI, M.A.C.; GONÇALVES, M.de J. Reabilitação: de um olhar histórico aos desafios contemporâneos. *Mundo saúde, Brasília*, v.30, n.1,p.5-9,2006.

REVISTA ESCOLA. São Paulo: Ano XX nº. 187, novembro, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

WERNECK, Claudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro, WVA, 1997.